

Política fiscal e credibilidade

FABIO GIAMBIAGI

Quando eu trabalhava no BID, na qualidade de economista que acompanhava a situação de uma certa nação latino-americana, a missão teve uma reunião com um proeminente líder do país, procurando pistas acerca de quais seriam os próximos passos que o governo seguiria.

O nosso interlocutor estava defendendo um conjunto de medidas visivelmente inconsistentes entre si, e a cada nova proposta que fazia nós indagávamos como seria possível viabilizar a iniciativa — até que, diante de mais uma pergunta sobre como tudo isso seria financiado, ele explodiu e respondeu: “Ah, não sei, isso é problema para os economistas.”

A história seria prosaica, não fosse o fato de que o nosso interlocutor era simplesmente o vice-ministro da Fazenda do país!

É claro que não dá para imaginar Amauri Bier dizendo tal coisa, mas a história me veio à lembrança vendo o comportamento de parte da chamada “base aliada” diante das questões que estão em discussão nos últimos dias, como o aumento do salário-mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda.

Um marciano que chegasse à Terra por estes dias e lesse o noticiário imaginaria que de um lado está o ministro da Fazenda, malvado, com um prazer sádico, negando as reivindicações dos representantes do povo e, de outro, aqueles que supostamente têm sentimentos, querendo aprovar “o que o povo quer”.

Parte dos nossos colunistas políticos com viés oposicionista parece ter uma interpretação muito curiosa do funcionamento dos mercados. Quando as coisas vão mal — por exemplo, se a cotação do dólar sobe — tudo parece ser fruto da suposta incompetência oficial. Já quando as coisas vão bem, tudo se dá como se o Brasil fosse beneficiado por um misterioso desígnio do mercado que traz bons ventos para o país. Nem sempre ocorre a esses críticos que a direção dos fluxos de capital guarda certa relação com a qualidade das políticas.

Já foi dito por mais de um analista que Armínio Fraga é o nosso Alan Greenspan, e que da precisão do seu “taco” depende em boa parte o rumo que a economia toma, imagem que eu compartilho. Cabe lembrar, porém — e Armínio é o primeiro a reconhecer isso — que de nada adianta ter um banqueiro central experiente se ele não contar com a ajuda da política fiscal.

Vamos ser claros: o BC vem dando um show de bola nos últimos tempos, mas isso ocorre em parte porque o governo adotou a determinação, na sua mais alta esfera política de decisão — isto é, a Presidência da República — de que o superávit primário de 2002, associado ao Orçamento em discussão no Congresso Nacional, seria de 3,5% do PIB e não mais de 2,7% do PIB, como estava previsto antes da crise se agravar, em março.

Que não existam dúvidas: se o governo tivesse ficado “chupando o dedo” vendo como as coisas se agravavam, sem esboçar nenhuma reação de natureza fiscal, o dólar teria passado de R\$ 3 em marcha batida.

Se isso não ocorreu, foi porque, no meio da crise, o governo tomou a decisão de esclarecer a quem interessar possa que ele não tinha morrido e que iria dar combate às dificuldades.

A procura de um superávit primário de 3,5% do PIB para 2002 — similar ao de 2001 — é um elemento central da estratégia econômica. Não faz sentido achar que, enquanto o FMI está exigindo da Argentina um déficit zero, em condições nas quais o país se assemelha a um doente terminal, a mesma instituição iria dar US\$ 15 bilhões ao Brasil para nós diminuirmos impostos e aumentarmos as despesas.

Reivindicações nessa direção só convivem com um dólar que está “derretendo” porque aqueles que tomam a decisão de aplicar os seus recursos no Brasil ou no resto do mundo sabem que o atual governo não fará pirotecnias, e que qualquer medida tendente a aumentar gasto ou diminuir impostos só será aprovada se tiver alguma contrapartida de redução compensatória de outra despesa e/ou o aumento de outro tributo.

Elevar o salário-mínimo para R\$ 200 não é, evidentemente, nenhum absurdo, assim como também não há nada de descabido em reajustar a tabela do IR depois de anos de congelamento. Não devemos, porém, acreditar que dinheiro dá em árvore, e julgar que essas medidas podem ser aprovadas sem que se adote alguma medida compensatória.

Manter a meta fiscal é essencial para a política econômica. Pretender que aquelas propostas possam ser adotadas pura e simplesmente mediante a redução do superávit primário, depois de ter assegurado que a austeridade fiscal seria reforçada, e com isso garantido um novo acordo com o FMI, é querer fazer o resto do mundo de bôbo.

O Brasil já teve uma fase em que assinou diversos compromissos e não cumpriu nenhum. Agora estamos no terceiro ano de cumprimento dos acordos com o FMI, e seria um despropósito, nessa altura, dar o dito pelo não dito e mandar às favas as metas com as quais o país se comprometeu. Em momentos em que a Argentina sofre as consequências de ter que solicitar o enésimo *waiver* ao Fundo, seria uma estratégia suicida. Em termos clínicos, equivale a enfrentar com sobriedade quase um mês de um delicado pós-operatório e pegar um pileque no vigésimo nono dia.

Não vale a pena correr o risco. A não ser que se queira ver o dólar voltar a subir ladeira acima....

FABIO GIAMBIAGI é economista.